

RAP

S E Ç Õ E S E S P E C I A I S

"Espaço dedicado à divulgação dos programas de pesquisa e de estudos e análises sistemáticas levados a efeito pela comunidade acadêmica da EBAP/FGV"

PROGRAMA DE ESTUDOS EM GESTÃO SOCIAL

REFORMA DO ESTADO E GOVERNANÇA

A CONJUNTURA DAS ESCOLHAS PÚBLICAS

**PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO
NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**

Programa de Estudos em Gestão Social

Coordenação:
Fernando Guilherme
Tenório

“Programa dedicado à produção de estudos e à divulgação de experiências em gestão social, preocupações com o enriquecimento da participação pública nos destinos da cidadania contemporânea.”

Fernando G. Tenório

Artigo

Globalização e gestão social

Um pressuposto fundamental no processo de gestão social, tanto na relação sociedade-Estado ou quanto na relação trabalho-capital, é aquele no qual a participação da pessoa como sujeito da ação é privilegiada em detrimento do indivíduo como espectador. A gestão social como valor gerencial pressupõe o envolvimento direto do cidadão no processo decisório das questões que o afetam, quer em ações implementadas pelas agências do setor público, quer naquelas operacionalizadas por agentes econômicos do setor privado. No entanto, parece estar ocorrendo, sob o paradigma da globalização da economia, o esvaziamento das possibilidades de exercício da gestão social.

Até o final dos anos 80, nas sociedades de Primeiro Mundo, principalmente naqueles países que implementavam suas políticas pela perspectiva do Estado de bem-estar, a cidadania, através de princípios coletivistas e igualitários, desenvolveu ações substantivas que criaram direitos civis e políticos, tornando-a crítica dos poderes públicos e dos agentes econômicos. Entretanto, com o ressurgimento do liberalismo ou, se desejarem, do neoliberalismo, ideologia incontestada da globalização da economia, surge uma inquietação: parece que a cidadania está perdendo “terreno” para o mercado. Perda da consciência de seus projetos, de seu significado, de seu alcance, de seus limites e de suas possibilidades como cidadão. Duas considerações podem justificar esta inquietação.

A primeira está atrelada ao fato de que o processo de globalização econômica se dá sob a interação das economias nacionais e a economia internacional, ou seja, as economias dos Estados-nações passam a ser determinadas não mais através de políticas de governos, mas pelo

mercado internacional. Tal fato tem levado à perda de poder do cidadão em benefício de sistemas econômicos, sistemas que não possuem identidade, a não ser aquelas perenemente determinadas pelo mercado.

A segunda consideração diz respeito ao fato de o liberalismo econômico ter como valor a individualidade a despeito do coletivo, ou seja, o indivíduo é soberano nas suas decisões, que são, por sua vez, em grande medida referenciadas pelo mercado. Assim, aqueles interesses que antes eram compartilhados pela intersubjetividade da cidadania e que objetivavam o bem comum, ou seja, a comunidade, agora, sob a égide do neoliberalismo, parecem caminhar no sentido da diferenciação privilegiada daqueles que têm acesso aos bens de mercado.

A pergunta que surge é quanto ao papel que o contribuinte, o eleitor, o trabalhador, o estudante, enfim, o cidadão, pode desempenhar, substantivamente, naquelas sociedades onde os resquícios do Estado de bem-estar não foram suficientes ou são insuficientes para demonstrar que é possível a população desenvolver direitos civis e políticos, e que estes são os elementos que substanciam uma sociedade democrática. A dúvida que fica é se é possível atuar sob a perspectiva da gestão social em uma sociedade na qual a justiça social, antes de ser adquirida pelo exercício da cidadania, é flexibilizada segundo parâmetros mercantis, em vez de sociais. Se o primeiro parâmetro prosperar, a “mão invisível” substituirá a dialogicidade, substância por excelência da democratização das relações sociais.

Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag). *Modelo de Contrato Coletivo*. São Paulo, s.d. folheto, 15p.

Este trabalho define como objetivo de um contrato coletivo dar chance ao trabalhador de sair da incultura imposta pela sociedade e da formalidade patronal e construir um ambiente de trabalho flexível, fraterno e solidário, onde cada um defende seus interesses. Para tanto, considera necessário um trabalho de autogestão permanente e que envolva, inclusive, os parentes e a comunidade num processo de formação e informação em todos os níveis. O folheto apresenta o modelo de contrato coletivo das fábricas autogeridas, onde, além das normas gerais, constam os seguintes artigos: discriminação; benefícios econômicos; benefícios e auxílios sociais; educação escolar e capacitação profissional; condições de trabalho; administração profissional, relações humanas e de trabalho; papel

Banco de dados

¹ Resenha de Renata A. de Bloch.

do sindicato dos trabalhadores na fábrica autogerida; regras para negociar conflitos entre os trabalhadores em empresas autogeridas.¹

Silva, Salete. Descentralização e cidadania: desafio do poder local. *Revista de Administração Pública*, 19: 129-36, 1985.

Este artigo descreve o processo de descentralização da prefeitura de Salvador, ocorrido em 1986, comparando o movimento popular espanhol durante a ditadura Franco com a história do movimento popular do Brasil, que, durante a ditadura militar, se expressou através das associações de moradores que combatiam o regime. O artigo analisa e propõe novas formas de participação do cidadão dentro do processo de discussão, as quais vão além da criação de conselhos. A autora afirma que a descentralização permite interação entre governo e sociedade e destaca que o programa de descentralização do governo, para ser eficaz, deve ter um só grande eixo, direcionado à massa de excluídos, e estar centrado no cidadão, aproximando-o do Estado.²

² Resenha de Lessandra da Silva.

Agenda

- Estão abertas, até 30 de maio, as inscrições para o ciclo de premiação 1997 do Concurso Gestão Pública e Cidadania, iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford. Informações: Gestão Pública e Cidadania — da EAESP/FGV — Av. Nove de Julho, 2.029 — sala 1.152 — São Paulo, SP, 01313-902 — Tels: (011) 281-7904 / 281-7905 — Fax: (011) 287-5095 — E-mail: Inovando@eaesp.fgvsp.br — Home Page: www.fgvsp.br

Endereços

Praia de Botafogo, 190, EBAP — sala 502
Rio de Janeiro — RJ — Brasil — 22253-900
Tels.: (021) 536-9146
(021) 536-9183
(021) 536-9157
Fax: (021) 536-4349
E-mail: pegs@sede.fgvjrj.br